

---

**CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE(S) NA VELHICE: OS TERRITÓRIOS ENQUANTO MARCOS IDENTITÁRIOS**  
*CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDAD(ES) EN LA VEJEZ: LOS TERRITORIOS COMO PUNTOS DE REFERENCIA DE IDENTIDAD*  
*CONSTRUCTION OF IDENTITY(TIES) IN OLD AGE: THE TERRITORIES AS IDENTITARIAN LANDMARKS*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p453>

**Marcia Regina Medeiros Veiga, Sónia Cristina Maires Ferreira e António Manuel Rochette Cordeiro**  
*Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal*

---

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o contributo específico dos territórios – a casa, a rua, o entorno – enquanto referência fundamental na construção identitária de pessoas idosas. Nossa base reflexiva foi construída a partir de observações e descrições do território conhecido como “Alta”, no casco histórico de Coimbra, Portugal; entrevistas semiestruturadas, com 12 de seus residentes; e com notas de campo, sistematizadas num diário de bordo da pesquisa, construído para o efeito. A construção identitária de grande parte das pessoas idosas encontra-se profundamente ancorada nos territórios onde vivem, principalmente quando estas pessoas residem há muito tempo em um mesmo espaço geográfico, no qual vivenciam uma parte muito substantiva do seu cotidiano. Esta centralidade é, ainda, reforçada quando apresentam mobilidades reduzidas ou condicionadas, quer pelas dificuldades de acessibilidade dos próprios territórios, quer por limitações pessoais, iniciadas e/ou acentuadas na velhice.

**Palavras-chave:** velhice(s); territórios; construção(ões) identitária(s).

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la contribución específica de los territorios - la casa, la calle, el entorno - como un referente clave en la construcción de la identidad de las personas mayores. Nuestra reflexión fue construida sobre a base observaciones y descripciones del territorio conocido como “Alto” en el centro histórico de Coimbra, Portugal. Este material fue colectado mediante entrevistas semi-estructuradas con 12 de sus residentes, y notas de campo de quien investiga; los datos de la investigación fueron sistematizados en el formato libro de registro, construido para tal propósito. El análisis devela que la construcción de la identidad de gran parte de las personas mayores está profundamente anclada en los territorios en los que viven, sobre todo cuando estas personas viven mucho tiempo en la misma zona geográfica en la que experimentan una parte muy importante de su vida cotidiana. Este aspecto central se refuerza aún más en aquellos casos que han reducido o condicionado sus moviidades, ya sea por las dificultades de accesibilidad a los mismos, territorio o por las limitaciones personales, que comenzaron o se agudizaron en la vejez.

**Palabras clave:** vejez; territorio(s); construcción(es) de identidad(es).

## ABSTRACT

This article aims to reflect on the specific contribution of the territories - the house, the street, the surroundings - as a key reference in the identity construction of the elderly. Our reflective base was built from observations and descriptions of the territory known as “Alta”, situated in the historical core of Coimbra, Portugal, and semi-structured interviews with 12 of its residents as well as from field notes, systematized in a research logbook, built for this purpose. The identity construction of much of the elderly is deeply anchored in the territories where they live, especially when these people have been living for a long time in the same geographic area in which they have experienced a substantial part of their daily lives. This centrality is further reinforced when they have reduced or conditioned mobility, either by the accessibility difficulties of the territories themselves, or by personal limitations, initiated and /or intensified in old age.

**Keywords:** elderliness(es); territories; identity(ies) construction(s).

---

## Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar reflexivamente a importância dos territórios no contexto da construção identitária de homens e mulheres, no decurso da sua vivência de velhice. Na contemporaneidade, numa vasta diversidade de regimes democráticos ocidentais, a fase última da vida tem sido pautada, por um conjunto crescente de indivíduos, pela perda de referenciais e de referentes nas mais diversas esferas da sua pertença comunitária e social (Berquó, 1999, p. 36; Vaz, 2008, pp. 39-40). Não se trata, somente, da desvinculação com o mercado de trabalho (Minayo & Coimbra, 2002, p. 23), com as suas rotinas e sistemas a ele associados (e.g., pertença a equipas de trabalho; vínculo com entidade organizacional; relacionamento de proximidade com alguns colegas/conhecidos da esfera laboral; integração em atividades de educação/formação), mas, também, da fragilização dos vínculos com outros elementos que, durante o período anterior, conformavam o seu cotidiano.

Incluem-se no conjunto de fatores que sofrem alterações de relevo, ainda que não se restrinjam a esses, as dinâmicas associadas a: (a) vivência familiar (e.g., formação de casal; alargamento da constituição do agregado familiar – filhos, pais ou familiares a cargo) (Fernandes, 1997, p. 61); (b) estabelecimento de redes informais de relações (e.g., momentos de convívio em casa de amigos; saídas em conjunto com pessoas próximas); (c) realização de atividades de bem-estar e lazer, por iniciativa ou em articulação com outros elementos das redes (in)formais em que se encontra envolvido (e.g., passeios nos parques da cidade aos domingos; excursões a localidades próximas) (Peixoto, 2000, p. 22); (d) efetivação de participação política e cidadã (e.g., oração em atividades de governação – locais, cidadinas e/ou nacionais; leitura diária de jornal; participação em tertúlias; assistência a programas televisivos e/ou radiofónicos informativos) (Acosta-Orjuela, 1999, p. 179; Simões, 1999, p. 87); (e) participação em diversos espaços comunitários (e.g., idas a clubes ou outras organizações; colaboração em iniciativas de melhoramento do bairro); e (f) realização de atividade religiosa (e.g., ajuda na organização de festividades; ações de voluntariado).

Da heterogeneidade exposta se depreende, com facilidade, os impactos múltiplos que a fragilização dos vínculos enunciados possui na vida das pessoas adultas nesse período da sua trajetória, refletindo-se na construção de suas identidades e na imagem que projetam de si próprias. Acresce ao referido as possíveis restrições na mobilidade de certas pessoas idosas, quer por limitações individuais (e.g., doenças ósseas;

quedas com restrição subsequente da mobilidade), quer devido a constrangimentos à locomoção existentes em muitas localidades (e.g., ausência de calçadas; ruas com calçadas gastas; ausência de transporte público para zonas específicas da localidade), que condicionam de forma muito substantiva a sua relação com pessoas, espaços e contextos, circunscrevendo o seu universo de possibilidades aos territórios onde residem. Na velhice, a casa, a rua, o bairro constituem-se como principais (senão os únicos) referenciais de sua construção identitária e de seu posicionamento enquanto ser social.

Para alcançarmos nosso intento, alicerçamos as reflexões tecidas neste artigo no processo de observação e nos memorandos efetuados a propósito do território da “Alta”, localizado no centro histórico de Coimbra, cidade localizada próximo ao litoral central de Portugal. Complementam a análise efetuada os relatos obtidos através de entrevistas não estruturadas, em profundidade, e de subsequentes entrevistas semiestruturadas, efetuadas com 12 pessoas (onze mulheres e um homem), residentes no território em questão, com idades compreendidas entre os 69 e os 92 anos. Integra, ainda, esta procura de compreensão da problemática em estudo a revisão teórico-conceitual, concretizada a partir da definição das categorias-chave mobilizadas nesta discussão, nomeadamente: velhices, territórios, identidades e memórias. Consideramos que esta definição conceitual, aliada aos questionamentos e problematizações construídos/as ao longo desta reflexão, são indicadores de nossos referenciais orientadores e, por conseguinte, de nossa posição enquanto investigadores em Ciências Sociais e Humanas.

## Contributos conceptuais basilares

Com o intuito de pautar e referenciar as discussões críticas que se pretendem efetuar, iniciamos com uma necessária conceptualização das categorias que elegemos como capitais para este diálogo. Este procedimento fundamenta-se em escolhas conceptuais que, de certa forma, revelam nosso entendimento sobre as categorias em análise, ainda que este não seja, de maneira alguma, hermético e inflexível, características, estas, inviáveis, dadas a complexidade inerente ao ser humano – neste enquadramento circunscrito à experiência situada da velhice – e ao próprio contexto (contemporâneo, europeu, português, da região centro e, nela, em espaço urbano/citadino) onde os/as mesmos/as estão inseridas/os. Igual cautela se nos afigura como essencial quando nos reportamos às próprias categorias, neste artigo conceptualizadas tendo em consideração a amplitude, pluralidade e

dinamismo que as compõem. Tal complexidade, aliás, obriga-nos, deliberadamente, a tratá-las – categorias e pessoas – no plural, buscando atender à multiplicidade e diversidade comportadas pela vida real e cotidiana. Assim, temos velhices, territórios, identidades e memórias, que representam a singularidade e unicidade da trajetória individual, pesem as comunalidades que múltiplas trajetórias encerram.

A primeira destas categorias respeita, por conseguinte, à(s) velhice(s). Só recentemente a(s) velhice(s) obteve(ou) estatuto de categoria social, nomeadamente com a criação da gerontologia e da geriatria como ciências especializadas em seu estudo; à universalização e democratização da aposentadoria como um direito; e, ainda mais próximo da atualidade, devido às organizações políticas e culturais de aposentados/as, que auferiram visibilidade, e até alguma notoriedade social, às pessoas idosas (Debert, 1999; Freitas Silva, 2008; Peixoto, 2007). No entanto, e apesar de ainda permanecer alguma imaturidade conceptual e terminológica, é hoje consensual, tanto no meio académico quanto noutros domínios de conhecimento e de intervenção, o reconhecimento da sua multidimensionalidade. Velhice(s) é(são), por conseguinte, analisadas e compreendidas a partir de diversos prismas, considerando referentes teóricos e metodológicos diferenciados, numa procura de reconhecimento de como é(são) vivida(s), sentida(s), significada(s) e resignificada(s) a partir de dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Por outras palavras, a(s) velhice(s), como, de resto, uma vastíssima pluralidade de categorias sociais, é(são) contextual/is e se relaciona/m histórica, geográfica, política, religiosa, económica, enfim, culturalmente, se tomarmos a definição de “cultura” em seu sentido antropológico, isto é, como produção, material e imaterial, humana (Mello, 1986). Além disso, é ainda uma categoria relacional, que não prescinde de outras categorias, como sexo/gênero; etnia; idade/geração; classe social; nível de escolaridade, só para referenciar alguns exemplos (Debert, 1999).

O conceito de territórios, por sua vez, é compreendido, aqui, a partir de uma abordagem crítica da geografia, que assume um caráter político e transformador numa compreensão humana multidimensional enquanto ser animal-social-espiritual (Saquet, 2011, p. 11), ou seja, considera, em simultâneo, tempo natural e social, integrando, também, uma outra dimensão – a espiritualidade, tantas vezes menosprezada no âmbito do estudo científico da condução humana. Neste âmbito, os territórios podem ser compreendidos como “produto[s] das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo[s] de força

que envolvem obras e relações sociais (econômicas, políticas e culturais) historicamente determinadas” (Saquet, 2011, pp. 26-27). As relações estabelecidas neste e com este campo, ou seja, o próprio movimento cotidiano que dá vida ao território, são chamadas por Saquet (2011) de “territorialidades”.

Para Souza (2001), os territórios possuem uma dimensão política, circunscrita por relações de poder. Para este autor, as definições de “limite” e de “alteridade” são construídas a partir da noção de território(s) enquanto “um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais a par de sua complexidade interna” (Souza, 2001, p. 86). Em contrapartida, Souza (2001) define “lugar” a partir de uma dimensão cultural e simbólica. Esta definição é corroborada por Tuan (1983), que incorpora às dimensões simbólica e cultural as dimensões afetivas e sensoriais, definindo lugar como “uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais” (Tuan, 1983, p. 203). Ainda nesta direção, Augé (2010) afirma, num contraponto em relação àquilo que conceptualiza como “não-lugar”, que um lugar pode ser qualificado como identitário, relacional e histórico.

Relativamente às identidades, estas podem ser associadas a dimensões individuais, a partir das quais surgem os conceitos e as imagens que construímos de nós próprios (Jacques, 1998), e a dimensões sociais, que dizem respeito à pertença a determinadas coletividades sociais (Bauman, 2005). Ambas, entretanto, são relacionais, construídas em processos permanentes de experiências e trocas com os outros (Brandão, 1990), sendo constituídas a partir da dialética “diferenças-igualdades” (Jacques, 1998). Bauman (2005, p. 35) chama a atenção para a multiplicidade de identidades que comportamos, relacionando-se de forma ora harmoniosa, ora conflituosa, bem como para a fluidez das identidades em “nossa época líquido-moderna”. Viegas e Gomes (2007, pp. 11-12) comparam a dimensão relacional do processo de construção de identidades a um “jogo de espelhos”, “onde a imagem de si próprio está constantemente a remeter-se para os outros e a integrar os outros no contexto relacional onde se efetiva o processo de identificação”.

Neste contexto, as autoras supracitadas (Viegas & Gomes, 2007) abordam o processo de envelhecimento como um “estado limiar”, em que os sujeitos tendem a confrontar-se com diversas “encruzilhadas”, as quais convocam a “reorientações da identidade a partir de cadeias de relações ... significativas ao longo da vida” (Viegas & Gomes, 2007, p. 12). Esta “reorientação identitária” pode, se atendermos aos processos de minoração de valor e estatuto decorrentes da fragilização e/ou perda de vínculos com os diversos

sistemas que enformavam a pertença em sociedade (a que nos reportamos já na introdução deste artigo), ser interpretada como uma forma de “manipulação da identidade deteriorada por um estigma” (Goffman, 1988). Este “estigma” seria a própria velhice – aqui, propositadamente, no singular, tendo em consideração uma grosseira simplificação da experiência de velhice, nesse enquadramento, abordada a partir de um posicionamento conceptual e agencial que desconsidera a especificidade que este período da vida encerra, hipervalorizando as limitações e déficits individuais e, em consequência, caracterizando-o a partir daquilo que já não se possui e já não se é, isto é, que se perdeu irremediavelmente. Nesse sentido, manipular a identidade deteriorada pode representar uma afirmação de resistência e de sobrevivência, em particular através da reafirmação de outras posições e estatutos sociais, outrora assumidos e valorizados, usando-se, muitas vezes, a estratégia de evocar o passado, transportando-o para o presente.

As memórias são, por conseguinte, elementos fundamentais neste processo de construção identitária, tanto as chamadas “memórias-hábitos”, exigência dos processos de socialização, quanto as chamadas “memórias-lembrança”, aquelas que trazem “à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível da vida” (Bosi, 2004, p. 49).

Para Bosi (2004), as “memórias-lembrança” são, para as pessoas idosas, as mais significativas. Para esta autora, as lembranças, para os sujeitos velhos, representam as substâncias de suas próprias vidas, no presente. Diferentemente, para os adultos jovens, as lembranças representam um momento de “fuga, arte, lazer, contemplação”, um certo distanciamento proposital – e até necessário, enquanto válvula de escape – da atividade cotidiana do presente (Bosi, 2004, p. 60).

Feitas as devidas apresentações conceptuais, passamos a uma breve descrição do contexto a partir do qual nossas reflexões foram construídas.

### **Acerca das especificidades do contexto**

Como anteriormente mencionado, as reflexões propostas no âmbito do projeto de investigação em que este artigo se ancora<sup>1</sup> têm como contexto territorial a “Alta” do centro histórico de Coimbra, e, como participantes, idosos e idosas – pessoas com 65 ou mais anos – que lá residem. Tendo originado a cidade de Coimbra – um exemplo clássico das chamadas “cidades de colina”, estrategicamente erguidas no topo do elevado mais alto do território, espaço fortemente hierarquizado frente aos demais, geralmente ocupado

pelo castelo, residências senhoriais, igreja e edifícios públicos (Lobo & Simões Júnior, 2012, referenciado em Veiga, Cordeiro, Ferreira, & Siqueira, 2015) – a “Alta” – em sua versão moçárabe, “Almedina” – é, ainda hoje, marcada por esta origem, quer pelos traçados sinuosos de suas ruas estreitas, quer pelas suas construções, grande parte construída bem antes do início do século XX, quer, ainda, pela hierarquização, hoje não mais associada à realza e à nobreza, mas sim à sua Universidade.

Em termos populacionais, é um território bastante envelhecido: cerca de 32% de seus/suas moradores/as têm idade igual ou superior aos 65 anos. Destes, mais da metade – 68,04% - é mulher. A escolaridade da população idosa da “Alta” pode ser considerada baixa, uma vez que, apenas 8,61% desta população tem formação superior; em contrapartida, 68,84% possui apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico. Muitos vivem sós, necessitando de auxílio de instituições governamentais, como a Câmara Municipal, Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, ou apoio voluntário.

A grande maioria vive na “Alta”, em média, há 50 anos (Veiga, Cordeiro, Ferreira, & Siqueira, 2015), sendo que grande parte tem sua mobilidade e locomoção reduzidas, quer por limitações funcionais, próprias de algumas pessoas em idade avançada (e.g., maior cansaço durante a subida de escadas; dores nas articulações após deslocação prolongada a pé), quer por algum tipo de patologia (e.g., doença degenerativa), ou, ainda, pelas dificuldades de mobilidade encontradas no próprio território (e.g., grandes declives; muitas escadarias no entorno; calçamento precário, em desnível e escorregadio). Tais limitações provocam, para muitos/as, uma circunscrição dos espaços e contextos que integram o seu cotidiano, transformando uma parcela significativa do território em espaço de “não-contato” e, por inerência, de fragilização/perda de vínculos no presente e, em contraponto, um microcosmos deste território – especialmente a casa, mas também a rua e a vizinhança – num importante – para muitos/as o principal – referencial da sua construção identitária.

### **Da centralidade do território às mutabilidades identitárias durante a(s) velhice(s)**

Partimos, agora, para o exercício reflexivo enunciado como objetivo principal deste texto. Para tanto, optamos por estabelecer conexões diretas entre o material compilado durante o processo de recolha de dados (observações, entrevistas semiestruturadas em profundidade, entrevistas não-estruturadas, conforme aludido) e os questionamentos e cogitações por ele convocados.

## Participantes

Os/as participantes deste estudo tinham de atender a dois critérios: a idade (65 ou mais anos) e o local de residência, neste caso, a “Alta”. A participação se deu de forma voluntária e os contatos iniciais foram mediados por um Centro de Dia<sup>2</sup> localizado no território em questão. Como já informamos, 12 pessoas – onze mulheres e um homem –, residentes no território da “Alta”, participaram da pesquisa. As idades encontram-se compreendidas entre os 69 e os 92 anos. A tabela a seguir ilustra as características sociodemográficas do grupo:

**Tabela 1. Características sociodemográficas do grupo**

Sexo	Idade	Estado Civil	Com quem vive	Há quantos anos vive na “Alta”	Escolaridade	Filhos
Mulher	92	Viúva	Só	92	4ª Classe	2 (falecidos)
Mulher	91	Solteira	Só	60	-	1
Mulher	89	Solteira	Só	40	-	-
Mulher	89	Viúva	Filho	46	4ª Classe	4
Mulher	88	Casada	Marido	40	6º Ano	-
Mulher	88	Viúva	Só	Muitos	Liceu	1
Mulher	87	Viúva	Só	60	3ª Classe	1
Mulher	86	Viúva	Só	50	3ª Classe	3
Mulher	79	Solteira	Só	79	4ª Classe	-
Mulher	79	Viúva	Só	50	4ª Classe	1
Mulher	74	Casada	Marido	60	4ª Classe	-
Homem	69	Divorciado	Só	4	Admissão ao Liceu	2

Das 12 pessoas que participaram da pesquisa, apenas uma, casualmente o único homem participante, reside na “Alta” há menos de 40 anos – neste caso, há apenas quatro anos. Destas mesmas 12 pessoas, apenas três vivem acompanhadas, sendo que as demais vivem sós. Todas recebem apoio de uma mesma Instituição Particular de Solidariedade Social, quer através da frequência ao Centro de Dia - CD – (7 participantes), quer como utentes dos Serviços de Apoio Domiciliário – SAD – (5 participantes).

## Instrumentos

Os instrumentos utilizados nesta investigação foram a Base Geográfica de Referência de Informação, referente aos Censos 2011, um diário de campo e um roteiro para as entrevistas semiestruturadas.

A Base Geográfica de Referência de Informação – BGRI – é uma base pormenorizada, elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística – INE –, tendo como referência os Censos da população (Geirinhas, 2001). Neste caso, utilizamos a BGRI referente aos últimos Censos gerais realizados no país, com data de 2011. Sendo uma base de grande escala,

toma o quarteirão como maior nível de desagregação territorial – enquanto nos Censos gerais este nível corresponde à freguesia –, o que possibilita um olhar mais detalhado e mais próximo à realidade cotidiana dos territórios.

O diário de campo é um instrumento essencial quando se realizam observações em terreno. No caso específico desta investigação, utilizamos o diário de campo para a compilação das descrições, fotografias e apontamentos sobre os territórios em questão, a partir de visitas e observações *in loco*, bem como para anotações sobre questões e ponderações suscitadas durante as entrevistas.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, elaboramos, a partir dos objetivos traçados para a investigação, um roteiro, com questões-base, que nos serviu como um guia orientador. Este instrumento foi dividido em cinco partes, cada uma contendo questões norteadoras sobre os pontos abordados: (a) caracterização do/a participante; (b) caracterização do agregado familiar; (c) caracterização da habitação do/a participante e seu entorno; (d) cotidiano do/a participante; e (e) sociabilidade, família e vizinhança. Nossa intenção, entretanto, foi de possibilitar uma interação dialógica ancorada na confiança estabelecida entre investigadores e investigados. Para tanto, tivemos a preocupação e o cuidado de não limitar as respostas, deixando que o diálogo fosse conduzido com liberdade, naturalidade e fluidez. As entrevistas foram, com a devida anuência dos/as participantes, gravadas e, posteriormente, transcritas, o que facilitou a sistematização e a compilação dos dados. Cada entrevista durou, em média, três horas.

## Procedimentos

A seleção dos/as participantes teve em consideração que todos/as são elementos-chave da comunidade em que habitam, seja porque nela habitam há vários anos, mas também porque os seus cotidianos se enformam de vivências e experiências que neles se concretizam e edificam. Todos referiram pretender colaborar no estudo, de forma voluntária, tendo sido esclarecidos em pormenor sobre o estudo em questão, o seu papel no processo de recolha de dados, tendo sido, igualmente, esclarecidas as suas dúvidas e eventuais inquietações quanto à participação (consentimento informado). Neste estudo não estão previstas recompensas ou compensações pela colaboração, não sendo sinalizadas eventuais consequências negativas associadas ao processo de entrevista (semiestruturadas e/ou não-estruturadas). Os/as idosos/as que assim o refiram podem solicitar à investigadora, sempre que

se sintam emocionalmente fragilizados e/ou inquietos devido a recordações do passado, experiências dolorosas e/ou intensas, entre outros, apoio para a integração em processo de intervenção psicológica.

Nossa preocupação não foi a de compor uma amostra numericamente representativa do universo de idosos/as que vivem na “Alta”. Antes, preocupamo-nos em conhecer as diversas experiências, atentando para as semelhanças e regularidades, mas também para as diferenças entre estas vivências, buscando, assim, compreender as lógicas operadas nas relações construídas entre os sujeitos idosos e os territórios onde vivem.

Um ponto a ser destacado diz respeito ao acesso aos/as participantes desta investigação. Como pretendíamos realizar entrevistas em profundidade, de preferência nas próprias residências das pessoas inquiridas, tínhamos de estabelecer, desde logo, uma relação de confiança, onde os/as participantes se sentissem confortáveis e em segurança. Esta relação foi construída a partir da intermediação de uma instituição que, além de ser um Centro de Dia, isto é, um espaço destinado ao atendimento presencial e ao desenvolvimento de atividades de socialização, dentre outras, presta serviços de apoio domiciliário às pessoas idosas. Esta instituição, localizada no próprio território onde este estudo foi realizado, a “Alta”, também atende idosos e idosas de outras localidades do concelho.

O projeto de investigação foi apresentado à direção da referida instituição que, prontamente, o acolheu, auxiliando-nos na seleção dos/as participantes (baseada nos critérios já mencionados e na disponibilidade/vontade pessoal em colaborar com o estudo) e no apoio à efetiva concretização das entrevistas. As entrevistas com os/as frequentadores/as do Centro de Dia foram realizadas na própria instituição, que disponibilizou espaço para este fim. Esta estratégia visou à facilitação da participação destes/as utentes, uma vez que os/as mesmos/as passam a maior parte do dia na instituição, onde fazem as refeições diárias e, em algumas das vezes, sua higiene pessoal.

As demais entrevistas, isto é, com os/as usuários/as dos serviços de apoio domiciliário, foram realizadas nas próprias residências dos/as participantes. Para tanto, contamos com o apoio da assistente social da instituição, que, além de indicar os/as possíveis participantes, contactava-os/as, previamente, e acompanhava-nos às visitas, apresentando-nos como investigadores.

A recolha de dados, incluindo as observações e as entrevistas, deu-se no período compreendido entre abril e agosto de 2015.

## Principais descobertas

O território da “Alta” apresenta-se, muitas vezes, hostil, quer em termos de acessibilidade, quer no que concerne às condições habitacionais e de sobrevivência diária, para os/as inquiridos/as. São frequentes, no âmbito dos discursos dos/as participantes, relatos de quedas e das consequentes limitações na mobilidade espacial. Acresce ao referido que as participantes que fazem uso dos SAD (n= 5) revelam que raramente saem de casa e, quando o fazem, necessitam de ajuda de outrem.

*Andava melhor. Como vinha quase boa do hospital, vinha toda contente. Do hospital vinha, mas nesta rua, uma vez dei uma queda logo à entrada da porta. Esta rua, eu não sou capaz de a descer nem de a subir. Já são três vezes que eu caio aí nesta rua. (89 anos, solteira)*

*Só agora é que eu arranjei, desde que eu adoeci, é que arranjei uma cachopa [moça] pra aqui estar. Porque eu não vou à rua sozinha. Porque eu caio. Eu inclino-me assim... Eu tenho as artroses. (86 anos, viúva)*

A grande maioria das habitações, dos/as entrevistados/as e de um conjunto diversificado de outros/as idosos/as, está em condições precárias (e.g., muita umidade; pouca luz natural; isolamento sonoro e climático insuficiente; bolor e outros fungos) e sem os padrões de acessibilidade adequados para uma utilização segura (e.g., acesso, exclusivo, por escadarias íngremes e de degraus irregulares; falta ou precariedade de instalações sanitárias e elétricas).

Dona M. I., 74 anos, mostra-me a casa, indicando-me os aposentos. Estamos no corredor de entrada, que dá acesso às demais peças da casa. Percebo um movimento à minha direita. É o senhor M., 86 anos, seu marido, fazendo uso da sanita [vaso sanitário]. A porta está aberta e consigo perceber a precariedade: a sala é minúscula, cabendo somente a sanita. Pergunto se a casa possui casa de banho. Dona M. I. responde-me: “É uma retrete [vaso sanitário] pequena. Vê lá, um casarão destes, pra tanta gente e...” “Como tomam banho?”, pergunto. Dona M. I. leva-me à cozinha: “Mandamos instalar este duche [chuveiro – neste caso, um chuveiro manual instalado na torneira da pia da cozinha]. Enchemos o bacião [bacia grande, usada para banhos] e...” (aponta uma cortina, mesmo na cozinha, que serve como divisor para o que seria a “casa de banho”). (Diário de campo, 26/08/2015)

No entanto, e apesar da consciência dos efeitos nefastos das limitações referidas, os/as participantes manifestam vínculo forte às habitações e ao território da “Alta”. Este apego, entretanto, é comumente justificado por relatos de um passado remoto, quando

o espaço residencial que hoje ocupam era coabitado pelos filhos/as, maridos/esposas e até mesmo netos/as. Importa sinalizar, no contexto desta reflexão, que esta vinculação ocorre mesmo quando as dinâmicas relacionais prevalentes eram pautadas pela insegurança e agressão, como é o caso de uma participante, 89 anos e viúva, que durante longos anos foi vítima de violência doméstica pelo cônjuge.

*Eu estive separada do meu marido quatro anos. ... que ele tratava-me mal, ele batia-me. E ele não trabalhava, não queria trabalhar. A primeira bofetada que me deu estava eu casada há 15 dias. Deu-me uma bofetada que eu caí no chão. Mas a gente tinha... Naquele tempo a educação era outra.*

Os relatos também convocam para uma época em que a “Alta” não comportava, de forma preponderante, como nos dias atuais, os prédios da Universidade. Nos discursos são evidentes outros contextos de vivência em comunidade, em grande medida devido à rede funcional de comércios e serviços que pontuavam de energia e vitalidade as ruas da “Alta” durante a infância e juventude, e que se esbateram no decurso da adultez dos/as residentes no território. Atualmente evadidos para novas centralidades da cidade, estes espaços eram fundamentais nas experiências cotidianas deste território, sendo elementos-chave na formação da identidade dos que neles/as habitaram e ainda habitam.

Por outro lado, embora a instalação do chamado Polo 1 da Universidade tenha desapropriado muitos dos serviços outrora em funcionamento na “Alta”, como é o caso do Hospital, que se localizava no edifício que hoje abriga alguns departamentos da Faculdade de Letras, é notório o orgulho que alguns sentem por dividirem o mesmo espaço geográfico com a Universidade, instituição que integra o seu imaginário mas que não faz parte do universo de possíveis que consideraram para si. Assinalam o fato de terem sido privados do seu acesso, não sucedendo o mesmo, porém, em relação aos/às filhos/as e netos/as<sup>3</sup>:

*E eu, quando eles eram pequenitos [referindo-se aos filhos, ainda crianças], eu ia para ao pé [nas proximidades] da Universidade para eles brincarem. E ele [um dos filhos] dizia assim: “Oh, mãe, eu gostava tanto de vir para esta Universidade!” E eu: “Oh filho... Tira o cavalinho da chuva, que a mãe nem para comer tem, quanto mais para levar...” E ele entrou como contínuo. E andou, andou, andou, andou, andou e formou-se. (89 anos, viúva, referindo-se a um de seus filhos)*

*Eu gosto de estar aqui sentada porque olho para ali e lembro-me deles [dos amigos] que andavam lá. É a Universidade, está ali o relógio em frente de mim, eu vejo as horas... Aqui tem umas vistas bonitas, até para ali e tudo. (89 anos, solteira)*

A atual degradação e o envelhecimento da “Alta” também é um fator de constrangimentos aos seus/moradores/as idosos/as, que se sentem, algumas vezes, segregados e abandonados – principalmente pelo poder público. À semelhança do que ocorreu consigo, também os seus pertences, os edifícios, arruamentos e outros elementos que outrora conferiam particularidades de dinamismo, vivacidade e inovação à “Alta” sofreram um processo de envelhecimento e, com ele, um deslizamento social de inclinação para a menor centralidade, desconsideração (por parte de responsáveis governativos, elementos da comunidade em geral e, até, por pessoas que outrora constituíam a sua rede informal – em particular a família), e consequente desvalorização.

Outro ponto a referir é a falta de espaços públicos e de convivência no território da “Alta”. Para Peixoto (2000, p. 22), tais espaços são essenciais nas estratégias de sociabilidade, principalmente por serem, em grande parte, espaços democráticos, com frequência aberta a diferentes camadas sociais e gerações, o que possibilita um maior intercâmbio e, consequentemente, um convívio mais rico e diverso, ainda que as relações que se estabelecem nestes espaços, mesmo que mais estreitas do que as que se estabelecem nos “não-lugares” de Augé (2010) (rodoviárias, aeroportos, cruzamentos nas ruas), não sejam, em sua maioria, relações de intimidade.

As modificações do espaço e da vizinhança, no presente muito marcado/a pela vida universitária, devido ao número elevado de “Repúblicas”, isto é, moradias estudantis coletivas, nele presentes, e, também, por uma crescente afluência de turistas, representam, para estes/as idosos/as, um conflito identitário permanente, alimentado por uma acentuada sensação de estranhamento em relação às características singulares que o “seu” território apresenta, isto é, o território tal como é por eles concebido, numa presença constante de elementos que já não o configuram (e.g., espaços de comércio) e de relações que não existem mais.

As identidades estão marcadas, invariavelmente, pelo passado, de onde são evocados os papéis sociais outrora desempenhados no mundo do trabalho, no mundo social e na esfera familiar. A condição de idoso e de idosas, quando mencionada, funciona mais como uma máscara indesejada, que oculta a verdadeira identidade – o que foram no passado – recorrentemente trazida à superfície do presente. Também é possível observar que, apesar de a sociabilidade estar muitas vezes comprometida ou fragilizada pela distância – ou mesmo perda – dos familiares e dos amigos mais próximos, estes permanecem como sendo os principais

referenciais relacionais identitários. Mesmo os/as que frequentam o Centro de Dia não reconhecem nos/as demais frequentadores/as – ou nos/as seus/suas funcionários/as – este papel, chegando, mesmo, a manifestarem conflitos frequentes entre si.

A sua identidade é, assim, um misto saudoso de traços e de referentes que se enformam a partir de recordações (suas e vividas/contadas por outrem que lhes foi - e/ou é - significativo), da comparação entre o que existiu e não existe, assim como da consciência (forçada a partir do exterior) de que esta é uma identificação parcial consigo próprio/a e com o próprio território, resultante da permanência de vínculos e de traços identitários emergentes num passado que transportam consigo para a vivência do presente e, em simultâneo, da consciência de que não fazem parte, na plena dimensão que essa pertença poderia assumir, destes contextos e espaços, tais como se configuram na atualidade.

### Considerações finais

Visamos, neste artigo, a explorar, com base numa matriz analítica reflexiva, a influência dos territórios para a constituição identitária dos sujeitos idosos. Tomamos como base para esta reflexão nossa investigação na “Alta” do centro histórico de Coimbra, a partir de observações, descrições, entrevistas e conversas informais com 12 pessoas com idades superiores aos 65 anos, atualmente residentes no local. Os/as idosos/as contatados/as na “Alta” lá residem, em média, há cerca de 50 anos, muitos dos quais em circunstâncias de dependência, dado que um conjunto elevado de pessoas que habita este território, no qual se incluem os participantes deste estudo, vive, atualmente, só, dependendo do apoio governamental, de ações voluntárias e de IPSS para a realização de atividades diárias (e.g., deslocação para fora da habitação; higienização) e de suporte a diversos níveis (e.g., alimentar). Acresce ao referido a precariedade das habitações e as insuficiências em diversos espaços que tornam a sua acessibilidade difícil e pouco segura.

Contudo, e ainda que cientes das limitações do território que habitam, os/as participantes encontram nele traços essenciais da sua identidade. Pautado por uma recorrente revivência do passado e do(s) significado(s) que experiências nele vividas (e.g., os próprios casamentos e a constituição de suas famílias), o território é um referente agregador de elementos dispersos do passado que enformam a sua visão de si, e da sua pertença em comunidade e sociedade. As memórias passadas são, neste âmbito, a base referencial para o seu autorreconhecimento, pois estes/

as idosos/as associam suas identidades aos trabalhos e papéis outrora assumidos, positivando e qualificando a partir destes as suas condições atuais de velhos(as), quase nunca tomadas como ponto primordial de suas identidades. Esta idealização do passado, e em concreto do passado vivido naquele território e com as características que hoje lhe reconhecem, marca a sua construção de pessoa, de ser humano de valor e a valorizar. Contudo, pelo confronto com a velhice e com o presente, sentem um conflito identitário que permanece sem resolução. Não sendo mais a pessoa que caracterizam, a partir das recordações de quem consideram ter sido, também não se reconhecem como indivíduos que vivem uma vinculação segura com os territórios que habitam e outros (sistemas; organizações; pessoas) que nele também se encontram presentes. Não se reconhecem, em suma, neste território, também ele envelhecido e modificado pelas transformações que lhe foram ocorrendo, as quais se traduzem numa menor centralidade, dinamismo mais circunscrito, e um investimento modesto por parte dos poderes públicos. A imagem negativa do território, no caso da “Alta”, associada à degradação e ao abandono, reflete-se, assim, negativamente na construção de sua própria imagem enquanto idosos/as ao evidenciar mais um elemento de fragilização com um referente identitário importante. À perda da rede informal de suporte, incluindo a fragilização de laços familiares, à inexistência de papéis laborais, comunitários e/ou sociais com que se identificavam anteriormente, e perante constrangimentos habitacionais e comunitários não despididos, acresce esta desvinculação com o território, tal como este se configura no presente, num fortalecimento do peso que o passado possui na sua concepção de pessoa, e de pessoa em sociedade.

Construir uma sociedade em que as velhices sejam reconhecidas e respeitadas em suas pluralidades, sem representarem “identidades deterioradas”, parece-nos um dos grandes desafios da contemporaneidade. O enfrentamento deste desafio passa, entre outros elementos a que investigadores/as já têm aludido (Veiga, Cordeiro, & Ferreira, 2014a, 2014b; Veiga, Cordeiro, Ferreira, & Siqueira, 2015), pela requalificação dos territórios, num esforço de aproximação entre estes e as pessoas que neles habitam, na senda de um fortalecimento dos vínculos durante a velhice e, acima de tudo, da edificação de trajetórias de vida dignas e felizes independentemente da idade que queiramos considerar.

### Notas

<sup>1</sup> “Velhices e Territórios: Um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal”, projeto de doutoramento



da primeira autora, em desenvolvimento no Centro de Estudos Interdisciplinares do século 20, Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, Portugal – CEIS20, iii, UC/PT, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

- <sup>2</sup> Os Centros de Dia são Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS – que objetivam proporcionar cuidados e convívios entre pessoas idosas em espaços próprios para este fim. Normalmente, como é o caso do Centro de Dia em questão, também prestam Serviços de Apoio Domiciliário, “que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio ... quando ... não podem assegurar a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades de vida diárias temporária ou permanentemente” (Santos et al., 2013, p. 97). As IPSS são mantidas através de pagamentos pelos seus usuários, mas também com subsídios governamentais.
- <sup>3</sup> Debert (2004, p. 120) assinala que o progresso dos filhos é um indicador de sucesso para os sujeitos idosos. Especialmente para Coimbra, a Universidade é um referencial identitário importante, destacando a cidade em termos nacionais e internacionais, tendo sido reconhecida pela UNESCO, a partir de junho de 2013, como um dos “Patrimônios da Humanidade”

## Referências

- Acosta-Orjuela, G. M. (1999). O uso da televisão como fonte de informação sobre a velhice: fatos e implicações. In A. L. Neri & G. G. Debert (Orgs.), *Velhice e Sociedade* (pp. 179-222). Campinas, SP: Papirus.
- Augé, M. (2010). *Não Lugares – Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade* (9ª ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Berquó, E. (1999). Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In A. L. Neri & G. G. Debert (Orgs.), *Velhice e Sociedade* (pp. 11-40). Campinas, SP: Papirus.
- Bosi, E. (2004). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Brandão, C. R. (1990). *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- Debert, G. G. (1999). A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In A. L. Neri & G. G. Debert (Orgs.), *Velhice e Sociedade* (pp. 41-68). Campinas, SP: Papirus.
- Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP.
- Fernandes, A. A. (1997). *Velhice e sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Freitas Silva, L. R. (2008, janeiro/março). Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 15(1), 155-168.
- Geirinhas, J. (2001). Conceitos e Metodologias – BGRI – Base Geográfica de Referenciação de Informação. *Revista de Estudos Regionais*, Lisboa, 3, 67-73.
- Goffman, E. (1988). *Estigma- Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Jacques, M. G. C. (1998). Identidade. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos, & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea – Livro-Texto* (pp. 159-167). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mello, L. G. (1986). *Antropologia Cultural*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. S. & Coimbra, C. E. A. (2002). Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In M. C. S. Minayo & C. E. A. Coimbra (Orgs.), *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 11-24). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Peixoto, C. E. (2000). *Envelhecimento e imagem – As fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume.
- Peixoto, C. E. (2007). Entre o estigma e a compaixão: os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade... In M. Lins de Barros (Org.), *Velhice ou Terceira Idade?* (pp. 69-84). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Santos, E., Pocinho, R., Ferreira, C., Santos, G., & Pais, A. (2013). Desequilíbrios demográficos e respostas sociais. In R. Pocinho, E. Santos, A. Pais, E. N. Pardo et al. *Envelhecer hoje – Conceitos e práticas* (pp. 89-124). Curitiba: Appris.
- Saquet, M. (2011). *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões.
- Simões, J. A. (1999). A previdência social no Brasil: um histórico. In A. L. Neri & G. G. Debert (Orgs.), *Velhice e Sociedade* (pp. 87-112). Campinas, SP: Papirus.
- Souza, M. J. L. (2001). O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In I. E. Castro, P. C. C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Geografia: conceitos e temas* (pp. 77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tuan, Y-F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.
- Vaz, E. (2008). *A velhice na primeira pessoa*. Penafiel: Editorial.
- Veiga, M. R. M., Cordeiro, A. M. R., & Ferreira, S. C. M. (2014a). Territorialidades educadoras na construção de velhices com qualidade. *Revista Saber e Educar*, 19, 116-127.
- Veiga, M. R. M., Cordeiro, A. M. R., & Ferreira, S. C. M. (2014b). Velhices e territórios: uma reflexão sobre saúde e qualidade de vida dos idosos a partir dos territórios. *International Journal of Developmental and Educational Psychology – INFAD – Revista de Psicologia*, 1(2), 97-103.
- Veiga, M. R. M., Cordeiro, A. M. R., Ferreira, S. C. M., & Siqueira, M. D. (2015, Outubro). Velhices (vulneráveis?) e(m) territórios (de risco?): um estudo sobre as relações entre velhices e territórios na “Alta” do Centro Histórico de Coimbra, Portugal. *Memória do IV Congresso Latinoamericano de Antropologia*. Cidade do México: Asociación Latinoamericana de Antropología.
- Viegas, S. M. & Gomes, C. A. (2007). *A identidade na velhice* (Coleção Idade do Saber, 7). Lisboa: Ambar.

## Agradecimento

À agência de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil, Processo N° 1742/2015-09.

Submissão em: 14/01/2016

Revisão em: 25/04/2016

Aceite em: 20/05/2016

*Marcia Regina Medeiros Veiga* é doutoranda em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra - UC. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, atual Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, Santa Maria, RS, Brasil, e em Ciências Sociais pela UFSM. Áreas de interesse: velhices, territórios, gênero, corpo, Ética do Cuidado. Bolsista Doutorado Pleno pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES/Brasil. Instituição/Afiliação Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra - CEIS20/iii/UC. Portugal  
Endereço: Rua José Vilarinho Raposo, Urbanização Quinta das Lágrimas, Fase 1, Lote 8, Apartamento 3º Direito, União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, Coimbra, Portugal, 3040-382  
E-mail: [marciarmveiga@gmail.com](mailto:marciarmveiga@gmail.com)

*Sónia Cristina Mairos Ferreira* é licenciada, mestre e doutora (especialização em Educação Permanente e Formação de Adultos) em Ciências da Educação, pela FPCE/UC. Pós-graduada em Economia Social,

Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra), assim como em Direitos Humanos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Mestranda em Psicologia, especialização em Psicologia Clínica e da Saúde - Intervenções Cognitivo-Comportamentais nas Perturbações Psicológicas e Saúde (FPCE/UC). É Professora Auxiliar na Universidade de Coimbra. Instituição/Afiliação Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - FPCE/UC; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra - CEIS20/iii/UC. Portugal  
E-mail: [smairosferreira@fpce.uc.pt](mailto:smairosferreira@fpce.uc.pt)

*António Manuel Rochette Cordeiro* é doutor em Geografia e Professor no Departamento de Geografia (cursos de Ordenamento do Território e em Ambiente) e no Mestrado Integrado do Departamento de Arquitetura, na Universidade de Coimbra. Instituição/Afiliação Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - DPGeo/FL/UC; Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra - CEIS20/iii/UC.  
E-mail: [amrochette@gmail.com](mailto:amrochette@gmail.com)